

**HABEAS CORPUS Nº 495.536 - RS (2019/0057698-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
YARA NASARIO - RS014162  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : SHESTER MAIC MACHADO ROSA (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE QUE CUMPRE PENA EM REGIME ABERTO NA MODALIDADE DE PRISÃO DOMICILIAR. RECOLHIMENTO NOTURNO. DESCUMPRIMENTO. FALTA GRAVA. CONFIGURAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. CABIMENTO. FRAÇÃO DA PERDA DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de SHESTER MAIC MACHADO ROSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução Penal n.º 0314150-73.2018.8.21.7000.

Consta nos autos que o Paciente foi condenado à pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto, pela prática dos delitos previstos nos arts. 28 da Lei n.º 11.343/06, e 157 do Código Penal.

O Apenado cumpria sua pena em prisão domiciliar, quando "*foi abordado as 21h29min em via pública, sendo que o apenado deveria estar em sua residência no referido horário*" (fl. 53).

O Juízo da Execução reconheceu a prática de falta grave pelo Paciente, consistente no descumprimento das regras da prisão domiciliar, razão pela qual lhe aplicou as sanções de regressão do regime prisional, alteração da data-base para futuras progressões e perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos (fls. 52-57).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução no Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (fl. 91):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DO REGIME ABERTO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. DECISÃO MANTIDA.**

1. A falta grave, consistente em descumprimento das condições do regime aberto, devidamente apurado através de procedimento administrativo disciplinar, restou bem caracterizado, nos termos do art. 50, V, da LEP. O apenado, enquanto em prisão domiciliar, foi flagrado em via pública por policiais militares.

2. Havendo reconhecimento de falta grave, a pena ficará sujeita à forma regressiva, consoante art. 118, I, do LEP.

3. A prática de falta grave interrompe o prazo por nova progressão de regime, devendo ser cumprido no regime mais gravoso o lapso temporal necessário sobre a pena remanescente (Súmula 534 do STJ).

4. A revogação de parte dos dias remidos é consectário legal do reconhecimento das faltas graves, conforme o artigo 127 da LEP. A perda na proporção de 1/5 encontra-se proporcional de acordo com as particularidades do caso concreto.

**AGRAVO DEFENSIVO IMPROVIDO."**

Nas razões deste *writ*, a Impetrante sustenta que é desproporcional tratar a conduta do Paciente como falta grave.

Alega, ainda, que a regressão do regime prisional não é corolário obrigatório do reconhecimento da falta grave, que não há previsão legal para a alteração da data-base na hipótese dos autos e que a fração de perda dos dias remidos não está fundamentada.

Pleiteia, liminarmente, a suspensão do acórdão impugnado e, no mérito, a sua cassação definitiva.

Indeferi o pedido liminar às fls. 105-108.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 113-116.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 118-123, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

De início, verifica-se que foi deferido ao Paciente o cumprimento da pena no regime aberto em prisão domiciliar, sendo-lhe impostas condições, entre elas o dever de permanecer em sua residência a partir das 19h (fl. 94).

Assim, constatado pelas instâncias ordinárias que o Paciente violou a

referida condição, a hipótese se subsume à falta grave prevista no art. 50, inciso V, da Lei de Execução Penal:

*"Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:*

*[...]*

*V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas".*

Nesse sentido:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS DO REGIME ABERTO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA MUDANÇA DE ENDEREÇO E DE RECOLHIMENTO NOTURNO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. POSSIBILIDADE DE REGRESSÃO A REGIME MAIS GRAVOSO. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 36, § 1º, DO CÓDIGO PENAL, NO ART. 50, V, E ART. 118, I, DA LEI 7.210/84. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I. Hipótese em que o paciente, que se encontrava cumprindo pena em regime albergue domiciliar, deixou de informar a mudança de endereço e de se recolher ao domicílio, em horário noturno, tendo-lhe sido determinada a regressão para o regime semiaberto, daí o inconformismo do impetrante.*

*II. Nos termos do disposto no art. 36, § 1º, do Código Penal, é expressa a previsão de recolhimento noturno do condenado, cumprindo pena em regime aberto.*

*III. Ademais, dispõem o art. 50, V, e o art. 118, I, da Lei 7.210/84, respectivamente, que constitui falta grave o descumprimento das regras impostas ao regime aberto e que a execução da pena ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado praticar fato considerado como falta grave. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 806.425/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJe de 12/08/2008 e HC 56.600/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJU de 19/03/2007.*

*IV. No Agravo Regimental, não foi trazido, aos autos, qualquer argumento apto a afastar a posição firmada na decisão recorrida, limitando-se o agravante a renovar alegações antes levantadas, por ocasião do Habeas corpus, e já devidamente refutadas, neste STJ.*

*V. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no HC 246.841/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014.)*

De outra parte, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que *"a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional, conforme reza o art. 118, I, da Lei de Execução Penal. Importa, ainda, na perda dos dias remidos e na*

*alteração da data-base para a progressão de regime, não podendo refletir no livramento condicional (Súmula n. 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula n. 535/STJ)" (HC 458.127/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 13/09/2018, sem grifos no original.)*

Por fim, observa-se que a fração de 1/5 (um quinto) para a perda dos dias remidos está fundamentada na natureza da falta cometida e na reprovabilidade da conduta (fl. 54), razão pela qual não há nenhuma ilegalidade a ser sanada na presente via.

A propósito:

"[...]

*II - Consoante art. 50, II, LEP, o reeducando que foge no curso da execução penal, comete falta grave.*

*III - A teor do art. 118, I, e art. 127 da LEP, o reeducando que comete falta grave no curso da execução fica submetido às sanções de regressão do regime prisional, perda dos dias remidos e alteração da data-base para a progressão de regime.*

*IV - A sanção de perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a legislação de regência, ao estabelecer a observância das diretrizes elencadas no art. 57 da LEP.*

*V - Consolidou-se nesta Corte de Justiça o entendimento de que a natureza especialmente grave da falta disciplinar - fuga - justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127, da LEP).*

*Habeas corpus não conhecido."* (HC 457.491/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 06/09/2018.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora